



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences

ISSN: 1679-7361

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Bruhns, Heloisa

O ecoturismo e o mito da natureza intocada

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 32, núm. 2, 2010, pp. 157-164

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325336005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O ecoturismo e o mito da natureza intocada

Heloisa Bruhns

Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Distrito de Barão Geraldo, 13081-970, Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: luabola@uol.com.br

RESUMO. Este ensaio desenvolve uma reflexão sobre a busca contemporânea pela natureza e mostra como influências do denominado “naturalismo” trouxeram distorções nas relações homem/natureza aumentando distâncias e criando a falsa ideia relacionada à natureza como possuindo todos os benefícios numa oposição à cultura possuindo todos os vícios. Essa concepção criou mitos sobre a natureza como a ideia do “mito da natureza intocada” no qual os homens não são envolvidos como participantes, sendo somente visitantes. A “natureza autêntica” exclui a presença humana e ao mesmo tempo apresenta a contradição, pois considera a existência mais autêntica quando o homem está situado nela.

Palavras-chave: natureza, mito, ecoturismo.

ABSTRACT. *Ecotourism and the untouchable nature myth.* This essay develops a reflection about the contemporary search for nature and shows how influences from “naturalism” have brought distortions in the relations between human beings and nature increasing distances and creating the false idea related to nature as having all the benefits in the opposite of culture having all vices. This conception have created some myths about nature like the idea of “wild nature” in which case human beings are not involved as participants but they are only visitors. The “authentic nature” excludes human presence and at the same time presents a contradiction since one considers the existence more and more authentic when situated in nature.

Key words: nature, myth, ecotourism.

Introdução

Podemos iniciar trazendo a ideia da montanha como morada dos deuses, espíritos, uma aproximação com o sublime ou de outra perspectiva, uma deformidade. Pela amplitude do tema e para ilustrar a questão da mudança de concepções em relação à montanha, vou me valer aqui, como exemplo, do caso da Inglaterra.

As montanhas, em meados do século XVII, na Inglaterra, eram odiadas como estéreis “deformidades”, “verrugas”, “furúnculos”, “monstruosas excrescências”, “refugio da terra”, “*pudenda* da Natureza”, e um século após transformaram-se em objetos da mais alta admiração estética. O vento pode tanto “acariciar a alma”, ser “doce”, “aromático”, como “cortante”, “áspero”.

Em fins do século XVIII, o apreço pela natureza, particularmente pela selvagem, havia se convertido num tipo de ato religioso; ela não só era bela como moralmente benéfica.

Thomas (1989) estuda a profunda modificação das sensibilidades que ocorreram na Inglaterra entre o século XVI e o final do século XVIII, em relação às plantas e à paisagem e nos mostra como a religião desempenhou num dado momento na Inglaterra, uma nova atração pela vida rural. Traz um historiador

literário na descrição sobre a posterior década de 1640, em que “o retiro rural já não era uma simples defesa contra o mundo corrupto; era um portão aberto para o Paraíso antes da Queda” (THOMAS, 1989, p. 297). O campo ganha uma virtuosidade em relação à cidade. Thomas exemplifica com várias passagens pertinentes a essa concepção na literatura da época, denominada pelo poeta John Clare de a “religião dos campos”. Quando caminho pelo campo - dizia o poeta Henry Needler (apud THOMAS, 1989, p. 297), “meus pensamentos naturalmente tomam um rumo solene e religioso”. Campos e bosques concordavam o platônico Peter Sterry, naturalmente despertavam um sentido do divino.

O economista John Stuart Mill, em 1848, defendeu o limite à expansão demográfica, fundamentado na necessidade da preservação de certas áreas, onde os homens pudessem ficar a sós; portanto a solidão seria indispensável à satisfação humana, como algo essencial para o aprofundamento da meditação ou de caráter:

[...] A solidão perante a beleza e grandiosidade da natureza é o berço de pensamentos e aspirações que não são bons somente para o indivíduo - sem eles a sociedade dificilmente sobreviveria (THOMAS, 1986, p. 318).

Discutindo sobre como arquétipos (imagens coletivas, ao contrário dos sonhos que são individuais) criam religiões, mitos e filosofias influenciando e caracterizando nações e épocas históricas bem como se transformam em símbolos dependendo de sua dimensão temporal e espacial, Diegues (1998) traz ilustrações pertinentes. O arquétipo materno, por exemplo, carrega um repertório de aspectos e variações criando símbolos como o da ilha, de uma lagoa acolhedora ou de uma caverna protetora.

Nesse sentido, inúmeros mitos e lendas confirmam a presença do mar e da ilha na constituição da cultura, cujas imagens e representações estão muito presentes na literatura e na arte. Então o mar é relacionado com a figura materna, o líquido amniótico protetor que envolve o feto; a ilha é igualmente relacionada à figura materna, o útero protetor.

Não só a natureza ou as limitações geográfico-ambientais constituem-se como motivação para exploração das florestas, mas também as formas que configuram as relações sociais, suas racionalidades intencionais, seus objetivos de produção social e simbólica.

Uma paisagem pode tornar-se mais atraente depois de revelada pelos olhos de um pintor, provocando o desejo da viagem. A partir dessa consideração, Botton (2003) explora o que ocorreu na Grã-Bretanha, na segunda metade do século XVIII.

Baseando-se em historiadores, constata-se que grandes extensões do meio rural da Inglaterra, Escócia e País de Gales não eram apreciadas antes do século XVIII. Locais mais tarde considerados de beleza natural inquestionável como o vale do Wye, a Alta Escócia, o Distrito dos Lagos, foram durante séculos tratados com indiferença e mesmo com desdém. Viajando pelo distrito dos Lagos na década de 1720, Daniel Defoe descreveu a região como “deserta e assustadora”. Na obra “Viagem às ilhas ocidentais da Escócia” Johnson relatou a Alta Escócia como “tosca”, lamentavelmente desprovida de “plantas decorativas” e “uma vasta extensão de esterilidade irremediável”.

Em 1727, o poeta James Thompson publicou *As estações* celebrando a vida rural e a paisagem do Sudeste da Inglaterra e o sucesso trouxe à preeminência a obra de outros, estimulando pintores e a encomenda por suas obras. Houve uma explosão de pessoas viajando pelas ilhas, pelo vale do Wye, bem como as montanhas do Norte do País de Gales, Distrito dos Lagos e País de Gales.

A concepção da montanha, como bela ou moralmente benéfica, teve influência no que hoje

denominamos de mito da natureza intocada ou mito da natureza selvagem, mantendo uma relação estreita com as viagens contemporâneas à natureza. Esse “mito da natureza intocada” está presente na representação simbólica relacionada à existência de áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem onde este é visitante e não morador. Juntamente com outros mitos presentes na contemporaneidade, vem responder a uma necessidade social, tendo como função revelar secretas modalidades do ser e trabalhar com uma realidade contraditória, a qual não pode ser expressa em conceitos.

Nesse mito moderno, ou neomito, elementos nos reportam à “idéia do paraíso perdido, da beleza primitiva da natureza anterior à intervenção humana, da exuberância do mundo natural que leva o homem urbanizado a apreciar o belo, o harmonioso, a paz interior proveniente da admiração da paisagem intocada” (DIEGUES, 1996, p. 59).

Para Campbell (1993), os mitos constituem-se em metáforas da potencialidade espiritual do ser humano, e os mesmos poderes que animam nossa vida, animam a vida do mundo. A mitologia nos relaciona com nossa própria natureza e com o mundo natural, do qual somos parte. Porém, quando visualizamos a natureza como mal ou possibilidade de lucro, estaremos em desacordo com ela, numa posição de controle, ou tentativas do mesmo. A consequência disto manifesta-se na devastação das florestas, na aniquilação de povos ancestrais, nos separando da natureza.

Nessa discussão, Eliade (1977) toma a função do mito como a de fixação de modelos exemplares dos ritos e das ações humanas significativas, revelando a importância do homem em criar para além de sua própria reprodução. A nostalgia do Paraíso denuncia-se nos atos mais banais do homem moderno, o qual experimenta periodicamente a necessidade de recuperar – nem que seja em fração de segundos – a condição da humanidade perfeita.

Discorrendo sobre o aparecimento e o desaparecimento da vegetação (ciclo natural), mostra como estes elementos sempre foram sentidos, na perspectiva mágico-religiosa, como um sinal da criação periódica do cosmos, ilustrando por meio da árvore, ela mesma símbolo da natureza e da infatigável renovação.

As ideias de “renovação”, “recomeço”, “restauração”, embora se manifestem em planos e formas diversas, tornam-se redutíveis à noção de “nascimento” e esta por sua vez, à de “criação cósmica”.

A Primavera, a qual, em cada retorno, reatualiza a cosmogonia é um bom exemplo. A ressurreição da vegetação corresponde a uma manifestação plena do universo, utilizando-se de sinais (flores, ramos,

animais) às vezes exibidos em casa ou na rua, como prova de que a “Primavera chegou”; não necessariamente a Primavera “natural”, o fenômeno cósmico, mas a ressurreição da vida.

As estações do ano, igualmente, relacionam-se com os sentimentos, em que estão presentes valores e concepções de mundo. Enquanto a primavera conduz a imaginação para a ideia de ressurreição, o outono num sentido oposto evoca a ideia de morte e de fuga do tempo. As impressões da primavera dirigem-se mais aos sentidos, enquanto as do outono são mais abstratas, de acordo com Schelle (2001).

O tempo mítico descrito por Eliade (1977) projeta o homem num tempo mágico-religioso, sem relação com duração, constituindo um “eterno presente”, equivalendo dizer que, paralelamente a outras experiências mágico-religiosas, o mito reintegra o homem numa época atemporal, num tempo auroral, paradisíaco, para além da história.

No século XIX, foi desenvolvida a concepção de um conservadorismo reativo, o qual atribuía ao mundo natural todas as virtudes e à sociedade, todos os vícios, numa reação contrária ao culturalismo que via na natureza a enfermidade do homem, uma ameaça de volta à selvageria à qual se deve opor à cultura. A primeira concepção orientou, segundo Diegues (1996), a ideia de parques nacionais desabitados. Tanto culturalismo como naturalismo provocou distorções na relação homem/natureza pelos extremismos.

O naturalismo tratava o homem como pura natureza desprezando as influências culturais; considerava o mundo natural independentemente da utilidade que tenha para o ser humano. Uma das suas vertentes mais extremas, a ecologia profunda, chegou a propor que o ser humano deveria pensar como uma montanha.

Tomando essas premissas, o artigo será desenvolvido no sentido de apontar contradições, conflitos e polêmicas gerados a partir do resgate contemporâneo do mito da natureza intocada.

Produzindo distorções

O naturalismo radical aumentou o distanciamento da relação H/N acentuando a dicotomia existente e isolando a natureza da cultura.

O homem contemporâneo vive profundas dicotomias, dificilmente se considerando um elemento da natureza, mas apartado dela, como observador e/ou explorador, certas vezes como “nota dissonante”, como componente depredador, revelado numa pesquisa realizada por Reigota (1995).

Visão com consequências perniciosas para nossas concepções de natureza e de nós mesmos, pois

sugere que a natureza é autêntica quando estamos inteiramente ausentes dela, portanto com a eliminação da história humana. Garrard (2006) cita o caso da implantação do Parque Yosemite nos EUA onde o mito de “terra virgem desabitada” significou a expulsão dos índios Ahwahneechee e dos mineradores brancos que ali haviam morado e trabalhado.

O fechamento da natureza em parques (áreas de conservação), muitas vezes com a expulsão da população nativa, contradiz essa participação social, além de não estabelecer relação harmoniosa entre a sociedade e o meio ambiente, acelerando sua destruição por meio da degeneração genética.

Uma divisão do conceito de natureza surgida, a partir das novas configurações e significados dos espaços naturais, irá provocar uma contradição entre praticantes e ambientalistas, de um lado, e os exploradores de recursos naturais, do outro, como expõe Faria (2002, p. 7):

[...] de um lado uma visão da natureza como fonte de recursos a serem utilizados pelos agentes sociais hegemônicos em larga escala, e sem limites, para a promoção do desenvolvimento econômico. De outro lado, como natureza ‘natural, equilibrada e harmônica’ em oposição às sociedades, que deve permanecer intocada.

Embora não excludentes muito menos estanques, essas representações associadas a outras (por exemplo, as místico-religiosas), conduzem a relações particulares com a natureza, movimentando os sujeitos e conduzindo-os a inventar novas formas de sociedade.

O neomito da natureza intocada construiu um ideal do paraíso perdido, da beleza primitiva, de uma natureza sem intervenção humana, um refúgio contra o mal, portanto posturas ingênuas e simplistas.

Este ideal re-elaborou não somente crenças antigas, mas incorporou elementos da ciência moderna como a noção de biodiversidade, das funções dos ecossistemas e de capacidade de carga.

Esse mito, juntamente com outros presentes na contemporaneidade, vem responder a uma necessidade social, revelando crenças e desejos, bem como uma realidade contraditória, a qual não pode ser expressa em conceitos. A proteção da natureza surge como necessidade imperiosa para a salvação da própria humanidade, numa tentativa de “salvar as sobras” do mundo selvagem, devastado em certos casos, de forma irreversível. Veio beneficiar as populações urbanas (em que o mito é mais persistente pela perda do contato cotidiano e de trabalho com o meio rural), valorizando,

principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos sujeitos, não considerando a natureza um valor em si, digna de ser protegida.

Por consequência, quando organizações defendem o cerceamento da natureza selvagem, na prática podem estar representando os interesses de moradores urbanos abastados e não dos trabalhadores rurais, privilegiando mais a indústria do lazer que indústria extrativa ou agrícola. Essas posturas referentes ao “selvagem” devem ser consideradas, pois há certa tendência em acentuar o espiritual e o moral, negligenciando as disputas de poderes que envolvem o mundo natural.

Se a natureza é autêntica quando estamos fora dela, isto significa isentar de responsabilidade os sujeitos que coexistem no mesmo ambiente.

Polêmicas, contradições, ironias

Essa questão embute a contradição, pois enquanto o espaço ideal do mundo selvagem é “totalmente puro”, decorrente da sua independência dos seres humanos, o discurso sobre esse mundo ideal postula um sujeito humano cuja existência mais autêntica se situa precisamente nele. Igualmente nos exige da criação de responsabilidades e engajamentos no nosso cotidiano, o qual se torna irredimível nos termos desse ideal.

O mito da natureza intocada, eliminando a ação humana (ou simulando a eliminação), despreza as sociedades nativas, criando uma disfunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, onde os homens são proibidos, pelo poder instituído, do exercício de suas atividades e de seus saberes. Rompe-se dessa forma, a simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades, das técnicas e da produção, como no campo simbólico. Fato costumeiramente observado nos Parques Nacionais e outras áreas protegidas.

Diegues (1996) revela como o denominado ecoturismo¹ e as atividades na natureza estão imbuídos por esse mito. Áreas protegidas (“intocadas”) favorecem populações urbanas visitantes para a realização dessas “aventuras”, sem garantias de retorno e melhorias para a população local, geralmente iletrada em sua grande maioria, isoladas geograficamente, sem poder político, mas que como alerta Diegues (1996, p. 68), são os

“responsáveis pela conservação do chamado ‘mundo natural’. Isso é mais grave quando se sabe que a permanência dessa população tradicional em seus *habitats* pode levar, de forma mais adequada, à conservação da biodiversidade”.

Devemos estar atentos para o significado atual de cultura local. Ela não deve ser confundida com velhas identidades, as quais buscavam enraizamentos em localidades bem delimitadas. Agora ela atua no interior da lógica da globalização pelas afirmações ou negações. É bom lembrar que o movimento global pode estimular objetivos unificadores como a luta contra a fome do mundo, destruição ambiental, a luta pela paz etc.

Nas pequenas localidades há um saber incorporado sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte de madeira e da pesca. Nos sistemas de manejo dos recursos naturais, é proibido o exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. Por outro lado, desenvolvem-se sistema de representações, símbolos e mitos e com base neles agem sobre o meio. Diegues (1996, p. 95) exemplifica pela crença nos entes mágicos os quais castigam aqueles que destroem as florestas (caipora/curupira, Mãe da Mata, Boitatá); os que maltratam os animais da mata (Anhangá); os que matam os animais em época de reprodução (Tapiora); os que pescam mais do que o necessário (Mãe d'Água).

Alguns casos que envolvem locais específicos para o ecoturismo podem ilustrar essa questão.

Um projeto não bem sucedido, foi a criação da Estação da Jureia-Itatins (litoral Sul do Estado de São Paulo). Apesar de essa criação ter resultado em benefícios importantes como o afastamento da especulação imobiliária, a ausência de definição de uma política de apoio pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente relacionada às atividades econômicas e a alternativas da subsistência da população caiçara, provocou o êxodo de parte dessa população. A falta de manutenção da escassa infraestrutura social existente na área (estrada, escola, posto de saúde), tem motivado a migração para regiões urbanas, onde os caiçaras se tornam subempregados e favelados e a miséria crescente faz com que parte dessa população se engaje em atividades predatórias dos recursos naturais, antes desconhecidas e não praticadas.

O ecoturismo tem estimulado experiências e encontros diretos com populações locais provocando um deslocamento encenado da vida cotidiana em que culturas são simuladas. Situação variável que depende, tanto dos objetivos, como do poder relativo das partes envolvidas. Os ecoturistas que

¹De acordo com Ceballos-Lascurain (apud PELLEGRINI FILHO, 1993, p. 138), “o ecoturismo consiste em viagens “por áreas naturais não degradadas ou não poluídas, com o objetivo específico de estudar, admirar e fruir a paisagem e suas plantas e animais, tanto quanto manifestações culturais (do passado e do presente) encontradas nessas áreas. Nesses termos, o turismo orientado para a natureza implica uma colocação científica, estética ou filosófica [...]”. O ponto principal é que a pessoa que pratica ecoturismo tem a oportunidade de mergulhar na natureza de uma maneira normalmente não possível no meio ambiente urbano”.

desejam observar, por exemplo, canibais ou índios podem obter uma visão asséptica recheada de emoções proporcionadas pelo “coração das selvas” e serem recompensados por aquilo considerado como tema na imaginação popular: uma vista ao lugar do “outro” retornando aos confortos do hotel e ao aconchego do grupo no final do dia.

Featherstone (1997), traz vários exemplos, dentre os quais o acordo firmado entre a MCI Incorporated e os Masai do Quênia que envolvem salários, custos dos bilhetes de acesso, participação nos lucros nas apresentações na TV e filmagens etc, permitindo àquele povo adquirir proventos que desempenhem perpetuamente o papel de Masais.

Em outras situações é possível, como ocorre em algumas comunidades dos Inuit, no Alasca, a participação em uma base mais completa da vida tribal. O ecoturista mora com a tribo e participa de uma ampla gama de atividades. Não há barcos para refúgio e são aceitos somente indivíduos ou pequenos grupos, em bases regulamentadas e sob a supervisão de agências do governo. Assim, os Inuit usam a renda proveniente para adquirir gêneros essenciais, equipamentos com o objetivo de manter uma versão parcialmente modernizada de vida, porém com certa independência em relação ao seu estilo tradicional de vida. A atual situação e os suficientes recursos permitem controlar as fronteiras da comunidade revertendo em vantagens e mantendo o sentido de sua identidade cultural.

Outro exemplo refere-se aos Ainu, povo caçador e coletor que habita na maior parte na ilha japonesa de Hokaido. Na década de 1970, foi desenvolvido um movimento cultural Ainu que abriu escolas para o ensino de sua língua e tradições e em algumas aldeias foram implantadas estruturas tradicionais com a finalidade de produzir artigos artesanais, tornando os turistas-testemunhas do seu estilo de vida tradicional, de modo que pudessem contribuir para atender os objetivos da reconstituição da identidade cultural dos Ainu.

No Havaí ocorreu o contrário com a destruição do localismo, a estigmatização e a desintegração da língua, dos costumes bem como das identidades étnicas disseminando a população, a qual passou de 600 mil a 40 mil habitantes durante o primeiro século de contato. O movimento cultural havaiano tem desenvolvido, desde 1970, estratégias para reagir ao processo de longo prazo, que incorporou o Havaí à economia americana, buscando uma identidade e um estilo de vida.

O discurso sobre a afirmação da natureza como um direito de todos (“a natureza é de todos”)², não vem para responsabilizar o turista, mas para este se colocar em igualdade de direitos com as populações dos diversos locais.

Ocorre uma dupla destituição das comunidades tradicionais no funcionamento desse discurso preservacionista, referente aos aspectos jurídico e econômico. Quanto ao primeiro, “pela afirmação generalizada dos direitos sobre a natureza, com a qual, nos lugares determinados, turistas e comunidades tradicionais, que não têm o mesmo vínculo, passam a ter os mesmos direitos”. Quanto ao segundo, “na afirmação da sua pobreza, o que significa que a riqueza natural desses lugares, não é a riqueza para as populações, mas para o turista” (SILVA, 1997, p. 149).

Comumente, o ecoturista estabelece vínculos frágeis com o lugar, e nesse sentido, recorro a Augé (1994) sobre seu espaço constituir-se no arquétipo do não-lugar, ou seja, constituído como não-identitário, não-relacional, não-histórico, tecendo uma comunicação estranha, a qual coloca o indivíduo com outra imagem de si mesmo.

Por outro lado, as atividades, em que a pretensão do cunho ecológico é manifestada, geralmente restringem-se a fatores físico-bióticos do meio ambiente, relegando para planos de menor importância os aspectos socioculturais e político-econômicos característicos das populações locais. Portanto, a redefinição dos modelos de desenvolvimento pautada nos “critérios ecológicos”, tem acontecido, como discutem Ribeiro e Barros (2005 p. 39), “muito mais no sentido de uma adequação à idéia de ‘equilíbrio com o meio natural’ do que em relação à de justiça social, ao reconhecimento das populações humanas como os verdadeiros sujeitos do meio ambiente”.

A experiência do mundo natural com seu possível deslumbramento reverente corre o risco de uma identificação com atividades de lazer vendendo essa “autenticidade” e mistificando o consumismo industrializado que as possibilita, implicando na probabilidade de sua mercantilização.

A visão do mundo natural como forma recreativa atrelada à imagem do “selvagem” e “livre” evoca com facilidade anúncios da Harley Davidson “com um garanhão de crina longa disparando pela campina” (GARRARD, 2006, p. 121).

Embora a natureza possa passar a ideia contrária a uma visão de mundo e a uma ordem social industrializada e materialmente progressista, fabricantes dos veículos utilitários esportivos com tração nas quatro rodas têm se apropriado da mesma

²Obviamente este discurso encobre o fato de que, embora a natureza seja de todos, nem todos são verdadeiramente iguais, num sistema onde as trocas são bastante desiguais.

nas suas propagandas como sendo o “lar natural” desses veículos. Uma vez que estes requerem um poço de petróleo para alimentar seus motores gigantescos, a ironia desse fato sugere uma função ideológica do “mundo natural”, facilitando a legitimação do consumo ostensivo de uma classe e de uma nação privilegiada.

Atitudes, em relação ao selvagem e ao campo, manifestam-se pelas expressões sofisticadas sobre o meio ambiente, originárias na cidade, como nos alerta Tuan (1980). Revela como raramente percebemos a ironia inerente na ideia de preservar o selvagem, pois o “selvagem” não pode ser definido objetivamente, constituindo-se tanto como um estado de espírito, como uma descrição da natureza: No momento, o que podemos falar de preservação e proteção do “selvagem”, ele já perdeu muito de seu significado como, por exemplo, o significado bíblico de assombro e medo e o sentido de uma sublimidade muito maior que o mundo do homem e não atingível por ele.

O símbolo atual do “selvagem” refere-se a processos ordenados da natureza, mas como estado de espírito, o selvagem encontra-se nas grandes cidades tentaculares.

Portanto, ocorre a inversão das imagens, o selvagem sendo representado como ordem (ordem ecológica) e a liberdade, enquanto a cidade central é caótica, uma selva governada por párias sociais (TUAN, 1980, p. 128).

Giddens et al. (1997) questiona a natureza como algo permanecendo “imperturbado” ou criado independentemente da atividade humana, preceitos que denotam falsidade, pois a natureza é subordinada aos planos humanos. O significado de “algo imperturbado” preserva traços relacionados a épocas longínquas associadas à sua separação da intervenção humana. A natureza foi personalizada em muitas tradições como sendo o domínio dos deuses, espíritos ou demônios. Essa personalização significou certa independência em relação aos humanos bem como uma fonte de mudança e renovação apartada da humanidade, porém com uma profunda influência sobre as vidas humanas.

O conceito de meio ambiente traz uma ideia oposta, ou seja, a natureza transfigurada pela intervenção humana. Falamos sobre “meio ambiente” por ser a completa socialização da natureza.

Socialização significando mais que uma simples marca humana no mundo natural. A invenção da agricultura implica em “limpar” o ecossistema de “forma natural” com a finalidade de cultivo ou plantio e muitas paisagens consideradas “beleza natural” como algumas no Sul da Grécia foram criadas pela erosão do solo após o cultivo da terra em tempos remotos (GIDDENS et al., 1997).

O ecoturismo privilegia áreas naturais apelativas do ponto de vista estético, “segundo valores ocidentais”, como florestas, cachoeiras, rios extensos, *canyons*, ocorrendo a discriminação por áreas naturais “menos nobres”, como pântanos, brejos, cerrados etc, mesmo reconhecendo que esses ambientes são essenciais para o funcionamento dos ecossistemas (DIEGUES, 1996). Essa atividade responde a concepções de vida, inspiradas no ambientalismo, apoiados em ideologias ambientalistas e/ou místico-religiosas.

Podemos introduzir aqui a discussão sobre o real e o artificial envolvendo as atividades na natureza. Não somente as atividades esportivas, mas a própria natureza é deslocada e/ou retirada do seu contexto original, sendo reconstruída num ambiente “estranho”. O homem contemporâneo é familiarizado com rochas artificiais para escalada, com pistas *indoor* de esqui, com piscinas que simulam ondas, destinadas (mas não somente) a surfistas.

É possível camuflar por meio de justificativas ecológicas, um suposto retorno à natureza, advindo da prática em ambientes artificiais, bem como as redefinições sociais da natureza podem se mover de uma abordagem ecológica da natureza, para um conceito econômico de natureza.

Estamos habituados cada vez mais em nos banharmos em piscinas instaladas junto às praias e delas podermos olhar, sem tocá-lo, o mar, ao longo de golfos contaminados.

Augé (1998) refere-se a um folheto sobre o Centre Parc, na floresta de Sherwood, contendo informações sobre uma ilha tropical rodeada com areia branca, banhada por uma água azul e mansa e coberta de coqueiros no interior do parque. A ideia, revela o folheto, era de um “paraíso aquático tropical”. Porém, uma inversão ocorreu quando o autor chegou ao local e o Center Parc revelou-se como ideal e não como ideia (o real modelado pela inteligência e a imaginação).

O local era composto por piscinas, ondas artificiais, *shoppings*, palmeiras plantadas em lugares secos e limpos. Não o litoral tropical imaginado por muitos como um paraíso, porém contendo todas as adversidades naturais pouco consideradas nessa imaginação como corais cortantes nas rochas, ondas enormes e às vezes brutais, coqueiros em meio às ervas daninhas, formigas, muriçocas, pernilongos e borrachudos, bem como as tormentas de verão parecendo eternas.

Segundo Urry (1996), o Center Parc é quase um “pseudo-acontecimento” desconsiderando o mundo “real”. Trata-se de uma aldeia, onde foram investidos 34 milhões de libras, na qual uma ‘orla marítima’ artificial foi construída, com um domo gigantesco de plástico, de camada dupla mantendo uma temperatura constante de 28°C. As grandes atrações neste complexo

turístico estão relacionadas ao divertimento e ao prazer proporcionados pelo calor tropical, como a natação, canoagem, barcos à vela, pequenas lagoas com água quente, palmeiras e cafês à beira da água. Tais centros não precisam ser localizados próximos ao mar, pois a tecnologia permite a construção da orla marítima em qualquer lugar.

A construção do mundo ideal significa remover os defeitos do mundo real. Desta forma, os paraísos têm certa semelhança, porque os excessos (principalmente quanto às intempéries) ou as carências são removidos. Abundam as plantas e animais úteis e amigos do homem.

O modelo ideal é construído numa redefinição das funções humanas, as quais às vezes são transformadas em dejetos, criando situações em que a inteligência natural torna-se dejetos da inteligência artificial (BAUDRILLARD, 1994).

O artificial evita os riscos³, os perigos, a poluição, tentando garantir a reciclagem das substâncias, a conservação das espécies e distanciando-se da vida, ou seja, do inesperado, das durezas, das emoções, dos conflitos e das contradições. Isso significa, em parte, a eliminação da aventura, das coisas que estão por vir (buscando o termo do latim *adventura*), bem como a ausência da experiência sensível, do desfrutamento polimórfico.

A eliminação da presença humana num modelo conservacionista, o qual despreza a presença humana e a cultura como elementos fundamentais para a preservação, alimenta distorções e desequilíbrios os quais podem ser notados quando, por exemplo, percorremos uma trilha na mata.

Para ilustrar, trago outro relato de Bryson (1999) na Trilha dos Apalaches-EUA, onde, segundo o autor, manifesta-se uma fobia pelo contato humano e os grupos que executam a trilha atravessam um “corredor protegido”, sem contato com aldeias ou fazendas. Situação criada pelo impulso histórico de domesticar e explorar a natureza. Comparando com as trilhas que havia percorrido em Luxemburgo, na Europa, relata como essas últimas cruzavam muitos bosques, mas desembocavam, com poucos intervalos, em estradinhas ensolaradas e porteiras, atravessando campos de fazenda e aldeias. Assim podia-se parar numa padaria ou no correio, ouvir o sino da porta de lojas, como também ouvir conversas de pessoas. À noite era possível dormir numa pousada e comer em algum restaurante, com outras pessoas. As trilhas possibilitavam conhecer Luxemburgo de forma integrada e não apenas suas árvores.

Comparando com os EUA, Bryson (1999) declara como nesse país a beleza tornou-se algo para onde se

vai de carro e, em relação à natureza você encontra propostas ou de subjugação impiedosa ou de deificação; como algo sagrado e remoto, quase um epifenômeno, situação percebida na Trilha dos Apalaches. Concluindo sobre a necessidade da coexistência homem e natureza, exemplifica como uma ponte pode tanto realçar a grandiosidade de um rio como a graciosidade de um riacho e uma trilha ser mais interessante e recompensadora se integrada à cultura local, possibilitando a aproximação com marcas humanas em harmonia com o ambiente, por meio de plantações, animais, pastagens, moradias e outros.

Finalizando com novas propostas

Essas discussões nos alertam para a necessidade de reavaliarmos nossa relação com a natureza em que valores estão presentes. Tratamentos menos degradadores com o ambiente, almejando preservação de recursos e cenários naturais para nossos usos e fruições tornam-se insuficientes como discute Brandão (1994). A atitude preservacionista pode ser utilitária e a lógica de proteção ambiental pode ainda estar na base de medidas destinadas apenas a tornar mais duradoura uma relação perversa e esgotada de subordinação e manipulação.

Portanto, devemos nos aproximar de um novo naturalismo, o qual se distancia da postura ingênua e do purismo, bem como do extremismo. Nessa perspectiva, o homem é produtor e produto de seu meio, e os problemas consequentes referem-se, não ao fato, mas à maneira dessa intervenção. A natureza pura, não-transformada, representa um museu, uma reserva e um artifício de cultura. Devem ser observadas as formas de intervenção.

A natureza faz parte da história, não cabendo voltar atrás para restabelecer a harmonia perdida, mas sim restabelecer a relação com o estado da natureza conforme a situação histórica.

O homem subjugou a natureza por meio de um comportamento conquistador e controlador, explorando-a de acordo com interesses específicos. Foi privilegiada uma dimensão racional com seus desdobramentos encontrando expressão no desenvolvimento científico e tecnológico. O “produtivismo” da modernidade⁴ não concretizou as promessas efetuadas.

Portanto, essa relação com a natureza não deve basear-se apenas em uma pedagogia racional (que

³Assunto melhor desenvolvido no artigo de minha autoria “Lazer, cultura e tecnologia: discussões envolvendo aspectos da globalização”, bem como no livro de minha autoria “A busca pela natureza” (BRUHNS, 2009).

⁴Modernidade está sendo usada aqui tomando como referência a época que se segue ao período medieval cuja aceção histórica e filosófica toma como referência o pensamento de Francis Bacon na Inglaterra e o de René Descartes na França. Pode ser considerado como um movimento baseado na crença em relação ao novo, descartando o velho, o clássico, o tradicional bem como no avanço do conhecimento, desenvolvido a partir da experiência e por meio do método científico. Seu significado não é fixo ou estável, mudando historicamente como resultado de um discurso teórico não esgotado onde novos significados e interpretações podem surgir (PETERS, 2000).

acreditava que a solução viria da mesma matriz danosa que se tenta evitar), tampouco em uma pedagogia bucólica que tenta resgatar os vínculos com o passado como proposta de mudança. Deve basear-se em um olhar sobre a natureza (assim como sobre nossa natureza humana) em como ela é (e sempre foi) na sua beleza e harmonia, e também na sua crueldade e conflitos.

Não estamos vivendo um redespertar da natureza, mas talvez sua adoção como sendo uma decisão de estilo de vida. Decisão atrelada a relações de poder e estratificação social.

Referências

- AUGÉ, M. **Não lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.
- AUGÉ, M. **El viaje imposible**. El turismo y sus imágenes. Barcelona: Gedisa, 1998.
- BAUDRILLARD, J. Conjuntos artificiais: A biosfera 2 ou: da conjuração do mal à gestão dos dejetos. In: **Homem, Cidade, Natureza**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. p. 27-37.
- BOTTON, A. **A arte de viajar**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BRANDÃO, C. R. Outros olhares, outros afetos, outras idéias. Homem, saber e natureza. In: BRANDÃO, C. R. (Ed.). **Somos as águas puras**. Campinas: Papirus, 1994. p. 15-42.
- BRUHNS, H. T. **A busca pela natureza**. Turismo e aventura. São Paulo: Manole, 2009.
- BRYSON, B. **Uma caminhada na floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CAMPBELL, J. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1993.
- DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DIEGUES, A. C. **Ilhas e mares**: simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ELIADE, M. **Tratado da história das religiões**. Lisboa: Cosmos, 1977.
- FARIA, M. O. O mundo globalizado e a questão ambiental. In: NEIMAN, Z. (Ed.). **Meio ambiente, educação e ecoturismo**. São Paulo: Manole, 2002. p. 3-16.
- FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura-globalização-Pós-modernismo e identidade**. São Paulo: Studio Nobel; SESC, 1997.
- GARRARD, G. **Ecocrítica**. Brasília: UnB, 2006.
- GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva**. São Paulo: Unesp, 1997.
- PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1993.
- PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.
- RIBEIRO, G. L.; BARROS, F. L. A corrida por paisagens autênticas. Turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In: BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. M. T. (Org.). **Viagens à natureza**. Turismo, cultura e ambiente. 7. ed. Campinas: Papirus, 2005. p. 27-42.
- SCHELLE, K. G. **A arte de passear**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SILVA, T. D. O ambiente e o turista: Uma abordagem discursiva. In: BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. M. T. (Org.). **Viagens à natureza**. Turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, 1997. p. 141-150.
- THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- TUAN, Y. **Topofilia**. um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.
- URRY, J. **O olhar do turista**. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: SESC; Studio Nobel, 1996.

Received on November 4, 2009.

Accepted on February 18, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.